I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação
12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS
I EIGEDIN 2017

DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: um diálogo a partir da produção econômica familiar

Adriano Chaves de França
Prefeitura Municipal de Naviraí (PMN)
UNIESP
adrianoch@gebio.org.br

Eixo Temático: Desenvolvimento Local/Regional

RESUMO
As ideias em torno do conceito de desenvolvimento, são muitas vezes tratadas como aspecto inovador, sobre o que é o estado presente de um elemento, por exemplo, a um lugar. Dando o sentido de algo novo em sobreposição ao que ali existe, superando assim os elementos dados até então. Como tal, o desenvolvimento se opõe frente a uma problemática para (des)construir uma nova ordem de referência; não importando o campo no qual encontramos o problema, seja ele de ordem social, econômica, ambiental, biológica. Sob os aspectos do capitalismo todos são direcionados ao exercício da produção econômica. O presente trabalho aborda a relação de desenvolvimento capitalista no contexto familiar a margem das possibilidades advindas do desenvolvimento como solução do enfrentamento social.

Palavras-chave: Modo de produção; Informal; Práxis; Cotidiano.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Se por natureza o homem é um animal social e político como expôs o filósofo Aristóteles, logo se pode dizer que os homens se organizam dentro de um sistema político social que possa lhe favorecer condições de sobrevivência. Se então pensarmos no modo de produção capitalista, os homens estão ordenados politicamente em torno do trabalho.

Diante disso, o presente trabalho apresenta uma problemática de organização da sociedade que participa do modo de produção capitalista na marginalidade da ideia central de desenvolvimento neste sistema.

Para a discussão proposta, expõe-se uma atividade comercial de venda de verduras e legumes desempenhada a mais de 5 (cinco) anos por um casal de senhores, em um dos cruzamentos mais movimentados na cidade de Naviraí-MS

A atividade econômica produzida constituí-se por uma banca que funciona sempre de segunda a segunda, entre as 08 horas e 13 horas entre as Avenidas mais movimentadas da Cidade (sentido Centro-Bairro) e entre as quais destacamos (via de acesso pelo centro da cidade que interliga as saídas para Dourados, Paraná e São Paulo); depois desse horário o casal atende com outra banca em uma residência na cidade, onde as pessoas também podem adquirir os produtos.

Com uma reposição diária de verduras e legumes, na banca é comercializado alface, rúcula, almeirão, couve, mandioca, pimenta-doce, maxixe, chicória, quiabo, cheiro-verde, salsa, coentro, tomate, tomate cereja, abóbora, rabanete, pimenta comum, brócolis, couve flor, repolho, cenoura, limão, feijão verde e vagem. Existem outros produtos que já foram vendidos, mas como atualmente o valor é muito alto, torna-se inviável, a produção fica a um custo alto e não é garantia que vai ter saída, havendo uma grande possibilidade perda.

Depois de muitos anos fora da escola o casal resolveu retornar a estudar no EJA (Educação de Jovens e Adultos) para que possam se qualificar melhor e no caso especifico do senhor é preciso terminar o Ensino Fundamental para que o mesmo possa então fazer um curso de qualificação profissional em segurança. Além disso, *“a escola é importante para a nossa vida, pra gente aprende e saber de coisas que ajudam a gente aqui, tinha coisa que nem sabia. É muito bom sim.” – disse a senhora.*

A respeito dos produtos o senhor disse – *“As verdura que faltam e que não é suficiente, a gente pega de fornecedores diferentes, alguns tem uma horta na chácara, outros vem dos Assentamentos Juncal e Borborema que produzem e levam lá em casa*.

Em outro momento é dada a informação da existência de uma rede de contato dos

agricultores que indicam e trocam também produtos quando falta para fornecer a quem compra.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: ENTRE AS TEORIAS E AS PRÁTICAS

O desenvolvimento de maneira geral exerce um caráter fundamentalmente político. É um processo de produção, distribuição, trocas e consumo, mas também um processo referido a condutas, hábitos e valores, individuais e coletivos – condicionado pelas relações de poder em que entre os indivíduos, os grupos e as classes sociais, que se encontram num dado espaço geográfico concreto.

A ideia de desenvolvimento e sua contradição com a natureza pode ser expressa como uma monocultura do produtivismo capitalista, aplicada ao trabalho e a natureza; sendo um ideal que produtividade e a economia pode ser medida em ciclos produtivos são determinantes para o resultado das produções humana e naturais. Tal concepção é contraria as formas de organização de produção como, por exemplo, indígenas e camponeses, onde a produção não se define em um ciclo e sim em vários, pois é necessário seguir o ritmo do ambiente em que se produz (SANTOS, 2009).

Na lógica atual, torna-se primordial que as pessoas como este casal a procurem soluções para a renda familiar e a manutenção de suas necessidades de acesso a bens e serviços (água tratada, energia elétrica, saneamento básico, domicílio, alimentação adequada, vestuário e entre outros produtos e serviços); elementos vistos como imprescindíveis a qualquer pessoal, segundo a lógica do modo de produção de capitalista.

Como destaca o casal, a falta de emprego e a necessidade de sobrevivência com a compra do alimento, o pagamento do fornecimento e energia elétrica e água, foram fatores decisivos para montar a banca em via pública e então tirar a parte essencial do sustento familiar, composto pelo casal e mais dois filhos (um menino e uma menina).

No entanto a garantia destes serviços e bens, como de outros; são colocados a prova no discurso do desenvolvimento. Isso nos remete a ideia que é preciso participar do desenvolvimento na dimensão econômica, do poderio de aquisição dos bens e serviços.

A solução alternativa da banca surgiu com a mãe da senhora. Em suas palavras ela coloca - *"... a minha mãe já vendia na rua com meu padrasto, eles precisam muito, né! Já não achava mais emprego, não são novos e tenho uma irmã com dificuldades com ela. Então*

ai né, minha mãe diz faiz como a gente vem pra rua vender...!

Como visto, a estratégia emancipa em meio à crise, a busca por soluções que possam garantir o sustento e a manutenção das necessidades diárias dos indivíduos frente ao mercado.

Dos produtos comercializados a alface, rúcula e couve são os mais procurados, porém a alface tem melhor saída. Segundo o casal as pessoas a acham melhor para fazer, é rápida, fácil e fresca por ser colhida no dia, outra informação colhida junto aos clientes é que comprar com eles na banca poupa tempo no horário de almoço, porque não precisa ir ao mercado e pegar fila, sair do carro ou mesmo descer da moto.

Conforme relatou o casal, o diferencial de estar na rua em uma banca a céu aberto também incomoda alguns comerciantes locais, estes se referem a uma atividade não regulamentada que não deveria ocorrer em via pública.

Em contrapartida o casal já fora notificado em outra ocasião pela vigilância sanitária, mas isso foi bom segundo a informação obtida na entrevista. Nas palavras do senhor é expresso

- *"os fiscal veio aqui, olhou, olhou....e conversou com a gente, explicou umas coisa e ainda pegaram e compraram da gente um monte de verdura! Ai a gente soube o que fazê né, porque eles falaram que precisava de um negócio de alvará, então meu marido falou! Uê, se precisa a gente vai arruma. E então nois foi lá Bombero, naquele negócio de Meio Ambiente, na prefeitura e pagou um papel lá e agora a gente pode trabalhar sossegado."*

Referente aos demais comércios, os relatos demonstram que o casal pensa que tem lugar para todos venderem, dizem que o pessoal que compram na banca não é o mesmo público que vai a outros estabelecimentos comprar verduras e legumes. Assim como tem estabelecimentos grandes, existem os pequenos com a sua peculiaridade.

Afirmam não entender as motivações reais para que estabelecimentos maiores se preocupem com uma banca de verdura e legumes, para eles não existem possibilidade de concorrência leal, eles são pequenos vendedores e irão continuar sendo, dizem que não se preocupam em tornar-se grandes, a atividade é um meio de sustentabilidade financeira. Na ótica deles o lucro não é alto, pois geralmente ganham R$ 1 (hum) real por unidade verduras ou legumes que pegam dos fornecedores e sobre este valor incide o transporte de casa para a banca, as sacolas e o serviço executado na venda.

Mesmo havendo semanas que consigam vender cerca de 800 (oitocentas) unidades, no final do mês sobra um pouco mais de um salário mínimo para cada um, no entanto isso não é uma regra geral. Não existe uma contabilidade geral, pegam o que tem, compram o que não tem dos fornecedores, pagam e depois observa-se o que sobrou das vendas e para as eventuais

perdas e em alguns casos à prevenção de perda é realizada com doação de parte dos alimentos que não conseguem vender em até 2 dias.

Existe uma relação direta na atividade que a torna bastante pertinente dentro da discussão do entendimento no senso mais comum de desenvolvimento e também com a natureza. A produção da família e dos fornecedores de produtos esta ligada diretamente as condições do tempo, ou seja, a variabilidade meteorológica. As verduras e legumes se desenvolvem ao ritmo natural da sua natureza biológica e sofrem interferências dos índices de insolação e dos pluviométricos, temperatura e o tempo necessário para a produção das verduras e legumes.

Como solo recebe o manejo tradicional de adubação de biomassa proveniente da própria propriedade e a não utilização de fertilizantes, impede o crescimento rápido e desejado por um mercado consumidor padronizado. Na pesquisa, as informações colhidas permitem relacionar que existe uma lógica produtiva que não é de acesso de trabalhadores como o casal e seus fornecedores, na ideia do desenvolvimento produtivo do campo com o uso dos recursos técnico-científico, que por sua vez atende a uma dinâmica produtiva de contração do tempo, frente a práticas de agricultura chamadas de convencionais.

Para este problema a autora Arlete Rodrigues contribui afirmando que; “utiliza-se elementos da natureza, força de trabalho, conhecimento científico tecnológico, para transformá-la, produzi-la ou reproduzi-la visando o chamado desenvolvimento em geral confundido com progresso” (RODRIGUES, 2001, p. 3).

Ocorre que uso da técnica com base na ciência diminui o tempo de crescimento dos alimentos para atender especificamente a lei do mercado dentro do modo capitalista de produção. Esses produtores situam-se na contramão deste raciocínio, por entrarem no mercado seguindo o ritmo e as condições naturais dos solos e as climáticas (chuvas acima do esperado, períodos de insolação constante, diminuição ou aumento da produção conforme as estações do ano), conhecimento prático da sua atividade, trabalho diário sem uma quantidade de horas especificas e entre outros fatores que possam influenciar a relação estabelecida com a produção.

A gênese do desenvolvimento tem como um elemento chave o processo de estabelecimento produtivo de uma dada atividade sobre a dimensão do espaço geográfico, constituído da mobilização e ação de atores, isso em grande medida dialoga com um movimento que procura encontrar na ideia de desenvolvimento um caminho comum para a integração dos desiguais e realizar a construção comum para o futuro. Nestas condições, observa-se que a apropriação deste conceito no capitalismo ganhou força, ao atrelar o

desenvolvimento como o processo de domínio sobre a natureza; isso se consideradas algumas discussões de Porto-Gonçalves (2004; 2002).

Considerando a relação homem-natureza (modos de produção) como uma expressão de “desenvolvimento”, a geografia exerce um aporte revelador sobre como a produção do espaço se converte naquilo que pode ser chamado de atrasado, moderno e/ou desenvolvido, frente às implicações técnicas que mudaram a paisagem, o discurso, o trabalho, a relação familiar, política, economia.

Além da base material (produtiva para a economia) a base social não pode ser fragmentada da estrutura daquilo que chama-se de desenvolvimento, instaurando uma sistemática que envolve os modos de viver em dado lugar, em torno e a favor da separação do homem e a natureza (FREITAS; NUNES; NÉLSIS; 2012). Assim as rupturas ocorrem no espaço como produto da relação social, criando novas referências ao modelo de desenvolvimento a ser então colocado como correto.

Para os entrevistados, muitas pessoas não pensam em relação à interferência ambiental natural da produtividade, os clientes ficam satisfeitos com o produto direto do campo para a sua mesa, mas se esquecem que os legumes e verduras ali não são muitas vezes os mesmo que se compra nos mercados e frutarias. Na banca da forma com a qual e colhido será comercializado, vai haver no meio das verduras algumas coisas que possa desagradar os consumidores como pequenos insetos, afinal não foi pulverizado nenhum produto agroquímico para a colheita.

Ressalva-se que os consumidores não percebem que as verduras e legumes como são produzidas a céu aberto nas hortas, não há como proteger do sol e da chuva e por isso questionam como o produto está pequeno, como pode haver insetos, como está feio. No diálogo durante o trabalho de venda na banca, isso foi observado como uma prática de alguns clientes e quando questionado o casal afirmou que não é possível para eles produzir senão segundo as condições existentes no campo e a chuva, sol, vento, umidade.

Há uma diferença de olhares sobre as duas lógicas, uma que caminha no sentido de que a produção de alimentos deve ser acontecer de maneira adequada a partir do emprego das práticas advindas das técnicas e da ciência, para que se torne desenvolvida e assim então reconhecida como melhor. E outra, que segue a dinâmica tradicional do campo, na lida com o trabalho e com o ambiente; a mesma resiste na marginalidade, nos espaços chamados de desordenados da cidade, como reflexo de uma relação homem-natureza que não é de domínio sobre os limites e possibilidades que a terra oferece para o sustento familiar.

A sociedade vê no modelo dominante de produção o aspecto servil que as ciências

desenvolvem em torno do econômico, pois nem a prerrogativa para a emancipação do que se chama desenvolvimento sustentável permitiu avançar para além do que se estabelece como progresso econômico.

Como esclarece o autor Bruno Latour:

> (…) esa construcción epistemológica portentosa de la racionalidad occidental como es la separación del *sujeto-objeto*, reproduce en otro nivel la separación *sociedad-naturaleza* y diluye la viabilidad política de un *contrato natural* que se inscriba en un proceso de convivencia "por él que el cosmos queda reunido en un todo, en él que se puede vivir." (LATOUR, 2001, p. 363.)

O autor Hissa, enumera que a negação de outros olhares e conhecimentos produziram uma [...]"crise da ciência estando associada à crise do progresso, estimulado pelo saber e construído de modo a ressaltar contradições e inconsistências" (HISSA, p. 33, 2006).

O mesmo continua a ressaltar que os movimentos mínimos dentro deste ambiente máximo de contravenções e racionalidade da ciência, que parecem de motivo torpe, sem nenhum sentido, podem construir a possibilidade de um novo saber, com outras formas e modelos calcados em valores diferentes e, por que não, humanos (HISSA, 2006).

Não existe uma preocupação de enfrentamento da ideia de desenvolvimento, existe a perspectiva da vida, como uma estratégia de sobrevivência diante do modo de produção capitalista.

As perspectivas existentes na práxis do casal os permitem conhecer as pessoas e as pessoas os conhecer, no mercado as coisas são mecânicas; como diz a senhora - *"aqui as pessoas para fala com a gente, aqui nois não é máquina como no mercado, se num vê lá as pessoa pergunta senão tem uma coisa hoje, se ela vai tê amanhã. Não, lá o povo tromba já gente, só vê oia...! Tem gente que vai lá em casa quando nóis fala que mais tarde vai tê o que ela procuro pra nóis aqui!"*

As relações pessoas demonstram outra conotação de contato, uma interação que ultrapassa as linhas mecânicas de outras atividades, onde só fala-se o necessário para o atendimento de um fim específico.

Para os autores Augustin, John e Pontalti (2013), é preciso mudar valores na sociedade dentro da estrutura econômica ou fora dela para estimar os homens e a natureza não apenas pelo viés da produção de bens.

Pode-se inferir que a relação desenvolvimento e natureza como expressas, necessitam de outras filosofias para dialogar entre aquilo que pode ser central e periférico na constituição destes conceitos ou mesmo naquilo que seja negada pelo desenvolvimento como as práticas

de sobrevivência dos atores aqui apresentados.

3 RESULTADOS, DESAFIOS E APRENDIZADO

As contribuições teóricas metodológicas para o enfrentamento do descompasso destes conceitos são abordadas por vários autores, desde Marx com um referencial sem precedentes para entender o capital e assim abrir possibilidades para que outros estudiosos pudessem refletir a construção teórica e prática do desenvolvimento e da natureza.

Vale então citar Neil Smith ao elaborar uma teoria do desenvolvimento desigual, Boaventura ao propor as epistemologias do sul, Latour com as proposições de novas formas de produzir as relações com base na ecologia política, Porto-Gonçalves ao observar as novas territorialidades e ecologias do saber, Hissa em elencar a importância dos conhecimentos acumulados pelas comunidades em boa parte negligenciadas pelo discurso do desenvolvimento, Diegues ao provocar que devemos pensar a sociedade com a sua sustentabilidade e de questionar a efetividade do desenvolvimento de uma sociedade que não conhecemos por inteiro por conta da imposição de apenas um tipo de conhecimento válido, ou seja, a ciência.

Reflexões que possibilitam hoje um novo enfrentamento daquilo que convencionalmente se estabeleceu como um modelo de sociedade pautado no desenvolvimento excludente, e permissível apenas pelo modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, S; JOHN, N; PONTALTI, S. A contribuição do pensamento marxista para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea. **Nomos:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC. v. 33.1, jan./jun. 2013. Fortaleza.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis - da crítica aos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva** 6 (1-2) 22-29, janeiro/junho 1992. São Paulo.

FREITAS, R. C. M; NUNES, L. S; NÉLSIS, C. M. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katál**, Florianópolis, n. 1, v. 15, p. 41-51, 2012

LATOUR, B. **La esperanza de Pandora.** Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia. Barcelona, Editorial Gedisa, S.A. 2001.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PORTO-GONÇALVES. C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre.** São Paulo, n. 11-12, p.9-76, 1996.

_____. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades. IN: CECENÃ, A. E; SADER, E. (orgs.), **La guerra infinita:** hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RODRIGUES, A. M. Meio Ambiente e Desenvolvimento. IN: **Curso de Gestão Urbana e de Cidades**. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2001. CD-Rom.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo. São Paulo. 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1988.